

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular (Gr) Class.: AGR 00023

Data: 09/12/1983 Pg.: _____

Índios impedem levantamento da Funai

Os ~~quatro~~ funcionários que a Fundação Nacional do Índio enviou ontem a Tocantinópolis não puderam trabalhar. Eles foram incumbidos de fazer o levantamento sócio-econômico dos posseiros instalados na reserva Apinajé. Os 800 índios que estão no lugar impediram o levantamento, argumentando que já estão cansados de medidas paliativas. Eles querem a imediata expulsão dos posseiros, grileiros e parceiros.

Os índios Apinajé, Xerente, Kraó e Carajá realizaram uma assembleia geral ontem à noite, para deliberar sobre qual procedimento adotarão. Existem cerca de 1.200 posseiros na reserva e um contingente de cinco a seis mil pessoas. Eles estão armados e dispostos a resistir à uma tentativa dos índios em expulsá-los das terras.

PM INTERVÉM

O Batalhão da Polícia Militar sediado em Araguaína enviou 40 soldados para Tocantinópolis, ontem, tentando impedir o conflito entre quase 800 índios e mais de cinco mil brancos que moram na reserva dos Apinajé, a 18 quilômetros da cidade. Anteontem à noite, a Funai anunciou que enviou uma comissão de técnicos ao local para negociar a demarcação da reserva.

Cerca de 300 índios das nações Xerente, Kraó e Carajá se deslocaram de Araguaína, anteontem, para ajudar seus colegas Apinajé a expulsar os posseiros das terras indígenas. Para hoje, o grupo espera pelo menos mais 200 índios das nações Guajajara, Krikati, Gavião e Canela, do Maranhão, parentes dos Apinajé e dos Kraó.

CONFIRMAÇÃO

Por telefone, o capitão Martini, comandante do pelotão, da PM, confirmou que está estimado em 800 o número de índios na reserva. Ele explicou que sua missão na região é impedir o conflito. Apesar dos policiais estarem fortemente armados, o capitão disse haver recomendado a seus comandados o máximo de prudência e calma a fim de não agravar ainda mais a situação.

Fontes da Polícia Federal em Araguaína informaram também que mesmo a Funai tendo enviado uma comissão à área, as reivindicações dos silvicultores não serão atendidas, o que poderá piorar ainda mais o relacionamento índios/Funai. Em Araguaína, a sede da Ajudância do órgão foi fechada pelos índios que deixaram observadores na cidade para comunicar aos outros casos, alguém da Funai resolve reabri-la antes do atendimento das suas reivindicações. Apenas algumas mulheres, crianças e velhos ainda permanecem em Araguaína.

Ainda ontem alguns índios de Tocantinópolis tentaram falar com o presidente da Funai em Brasília, Otávio Ferreira Lima. Ele, no entanto, não foi encontrado, já que no Distrito Federal era feriado. Diante disso, a expulsão dos posseiros foi adiada para hoje. Os índios continuam afirmando que não querem violência. Da parte deles uma fonte garantiu que o efetivo existente na reserva não é o que a polícia informou. "Aumentar os números pode ser uma justificativa para uma onda de violência com o apoio do Governo contra os índios. Queremos apenas nossas terras", disse o cacique Abrão Silva, líder do movimento.

O movimento dos índios começou na semana passada. Eles queriam que o presidente da Funai revogasse a portaria que transferiu o chefe da Ajudância, Antônio João de Jesus, para Cuiabá e substituiu-o por Wilker Célio da Silva, acusado de vender terras dos índios no Acre, além de reivindicar a demarcação da reserva. Diante da recusa da Funai em atendê-los, eles fizeram outra proposta ao Governo, considerando-a "uma saída honrosa para todas as partes". Otávio Ferreira revogaria a portaria e indicaria um outro chefe. Enquanto isso, eles aceitariam Wilker como chefe, provisoriamente. Essa proposta também foi recusada e eles decidiram demarcar a reserva Apinajé por conta própria a expulsar os posseiros.

Tocantinópolis está em calma

A população de Tocantinópolis está relativamente calma e não pretende usar de violência para impedir que os índios demarcuem a reserva dos Apinajé. Segundo o prefeito da cidade, a região não está recebendo notícias sobre o movimento dos índios porque caiu a torre de transmissão de imagens de televisão. Mesmo assim, "as pessoas que tiveram acesso aos jornais já manifestaram preocupação em relação ao caso", disse José Sabóia.

Para o secretário da Prefeitura, Astrogildo Pereira, o problema da demarcação das terras se deve à morosidade de ação da Justiça Federal e do Grupo de Terras do Araguaia e Tocantins (Getat). Ele disse ainda que os moradores de Tocantinópolis também querem que a reserva seja demarcada rapidamente e que seja resolvido o problema fundiário do município.

O PROBLEMA

Segundo Astrogildo, a área reivindicada pelos índios corresponde a mais de 20% do município. Eles tiveram sua reserva demarcada com 35 mil hectares. Posteriormente reivindicaram 85 mil hectares e depois 300 mil. "Isso seria mais de 60% do município e

representaria a falência de Tocantinópolis, já que essas terras estão exatamente no setor de maior produtividade agropecuária do município. Após conversação com os índios, eles passaram a reivindicar apenas 102 mil hectares, onde existem mais de cinco mil pessoas".

Para Astrogildo, a morosidade em resolver o problema fundiário na região está fazendo com que o município de Tocantinópolis se empobreça cada dia mais. Sem os títulos de propriedade, ninguém consegue financiamento nas agências bancárias. Além disso, toda área do município é considerada posse.

Ele disse também que os índios Apinajé não são originários da região. Eles foram levados para Tocantinópolis no início do século por um religioso. "Agora está aí o problema em uma cidade que sempre foi pacífica. Só para se ter uma idéia, eles já cortaram as cercas da fazenda do ex-deputado Alziro Gomes". Tanto Alziro Gomes como Astrogildo e o prefeito estão sendo denunciados pelos índios como responsáveis pelo atraso na demarcação da reserva.

Polícia autorizada a intervir

Os 40 homens da Polícia Militar que se deslocaram para Tocantinópolis podem agir, caso fique configurado o conflito entre posseiros e índios. A informação foi prestada pelo secretário de Segurança Pública, ontem, no final da tarde, depois de manter contato por telefone com o extremo Norte do Estado. "Até às 11 horas da manhã estava tudo tranquilo na região", informou José Freire.

A possibilidade da PM intervir no possível conflito está assegurada pela Exposição de

Motivos número 055/83, do Governo federal, que dispõe ser da competência das secretarias de Segurança Pública dos Estados a intervenção da polícia em casos como este. Respalhando esta exposição de motivos, o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, enviou, ontem telex ao secretário de Segurança Pública. "Se eles quiserem tirar à força os posseiros, nós não iremos deixar que a baderna, a anarquia e a desordem imperem", disse José Freire, que pretende ir a Tocantinópolis, caso a situação se agrave.